

TERRITÓRIO DAS MINAS NA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA: CONTATO ENTRE CULTURAS E OCUPAÇÃO¹

Edneila Rodrigues Chaves²

Tratando-se da colonização portuguesa, o território de Rio Pardo é aqui abordado nos aspectos do contato entre culturas e de sua ocupação. Situado ao norte da capitania das Minas Gerais, esse território foi um dos pontos de encontro entre nativos e colonizadores portugueses. A primeira incursão no norte mineiro de caráter colonizador foi realizada pelo castelhano Francisco Bruzza de Spinosa, entre 1553 e 1554, durante o governo de Duarte da Costa. A iniciativa de organizar essa expedição foi motivada pelas notícias da existência de pedras e metais preciosos nos sertões. Partindo de Porto Seguro, ela percorreu várzeas e bacias do rio Jequitinhonha e do rio Pardo e passou pelo rio São Francisco.³ Reconhecida como a primeira incursão significativa nos sertões, a expedição de Francisco de Spinosa inauguraria uma série de buscas incansáveis pelas supostas minas sertanejas.

As suposições da existência de ouro pelo interior, noticiada pelos indígenas, mobilizaram a organização de outras entradas. Da Bahia, expedições saíram do litoral, adentrando pelos sertões. Na segunda metade do século XVII, as bandeiras de São Paulo chegaram ao vale do rio São Francisco. A ambição de encontrar ouro e pedras preciosas nos sertões continuou a impulsionar outros homens a desafiar as condições adversas do território desconhecido. Assim, portugueses e seus descendentes no Brasil partiram do litoral rumo ao sertão, levando suas representações já construídas sobre o território: lugar distante, vazio, não colonizado e habitado por índios selvagens e por animais ferozes. Ele oferecia a possibilidade de encontrar riquezas, mas era um lugar aterrorizante.

¹ Este artigo é parte da dissertação de mestrado, que defendi no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2004. Cf. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo*.

² Mestre em História Social pela Universidade Federal de Minas Gerais e professora na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte/MG.

³ CARTA de João de Aspícueta Navarro. *Revista do Archivo Publico Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1899.

Contato entre culturas

A chegada de portugueses em áreas ocupadas pelos nativos foi resultado das demandas do processo de colonização. As constantes investidas das frentes de expansão e de ocupação forçaram o indígena a se deslocar, na tentativa de garantir sua sobrevivência. Não obstante, os confrontos foram freqüentes, intensificando-se à medida que os colonos se apropriavam das terras. Várias localidades foram fundadas pelos colonizadores, mediante a submissão de povos nativos. A passagem de bandeirantes por locais habitados por esses povos resultava em escravidão, expulsão e morte. Um exemplo foi o arraial de Vitória da Conquista, que pertenceu à freguesia de Rio Pardo. João Gonçalves da Costa foi um dos desbravadores que participou do processo de conquista dessa região. Em busca do ouro, ele adentrou pelo sertão baiano e travou sangrentas batalhas com os indígenas locais. As entradas empreendidas por esse desbravador, bem como por outros, atendiam diretamente aos interesses econômicos e políticos da administração colonial portuguesa. A conquista e a ocupação do interior decorreram da busca por metais e pedras preciosas, das expedições militares para o combate de grupos indígenas e da condução do gado para o interior.⁴

As regiões do norte mineiro e do sul da Bahia foram habitadas pelos índios aimorés – conhecidos como botocudos – pelos mongoiós, pelos pataxós e pelos índios tapuias, dentre outros.⁵ Por meio da construção de aldeamentos, as bandeiras recorreram à exploração do trabalho indígena, associada a ações de violência, resultando na redução de alguns grupos e, por vezes, na dizimação de tribos inteiras. O aldeamento do Salto do rio Pardo, por exemplo, além de ter estabelecido os botocudos em áreas próximas aos quartéis, construídos para a defesa das vias de circulação, visou utilizar a mão-de-obra desse grupo e apossar-se dos seus

⁴ Sobre a ocupação dessa região no contexto da colonização portuguesa cf. IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do Tamanduá*; SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do sertão da Ressaca*.

⁵ Cf. sobre o assunto: TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*; OTT, Carlos. *Pré-história da Bahia*.

territórios. Grupos não aldeados da região – como os pataxós e subgrupos dos botocudos – foram constantemente combatidos, vistos como bravos e selvagens.

No arraial da freguesia de São Miguel da 7ª Divisão, às margens do rio Jequitinhonha, os objetivos do comandante João Fernandes Leão, que lá chegou em 1811, eram a conquista da área e a expropriação das terras dos índios botocudos. O destacamento militar instalado no local pretendia garantir a navegação no rio face às investidas dos nativos. A pretensão era, também, “catequizar e civilizar” os índios, que habitavam as margens do rio. Os moradores de São Miguel, arraial e depois distrito de Rio Pardo, envolviam-se com frequência em batalhas sangrentas com os botocudos. O uso da força pública sobrepunha-se às armas dos indígenas. Em 1837, por exemplo, os botocudos “assaltaram o distrito” e, imediatamente, cem homens foram reunidos para seu guarnecimento. Na avaliação do juiz de paz, Felino da Motta, os prejuízos causados pelos “invasores” haviam sido enormes. Eles saquearam propriedades, “onde ali devoravam o gado, carneiro e cabras”. Alguns dos mesmos botocudos que tinham “amizade e afeição” por certos moradores lhes aconselharam a se retirarem, pois os guerreiros desejavam matá-los para apossarem-se das plantações, das ferramentas e do gado. A solicitação do juiz, encaminhada à câmara de Rio Pardo, era para que o governo provincial providenciasse o fornecimento de sessenta praças armados, com ordem para que os guardas jamais deixassem “aquelas feras” se aproximar da localidade e, assim, garantir o “sossego dos povos”.⁶

Com a aldeia Chique-Chique o procedimento foi diferente. Os vereadores da vila de Rio Pardo, em 1840, solicitavam do presidente da província uma quantia em dinheiro para a compra de vestuário e de ferramenta para os indígenas da aldeia. Eles já haviam visitado a vila, e a intenção era atraí-los, facilitando, assim, “sua civilização”.⁷ Os índios “mansos”, que moravam nos aldeamentos no interior dos bosques, iam também à povoação, acompanhados de alguns

⁶ APM. Correspondência da câmara de Rio Pardo (CCRP). PP 1.33, cx. 222, doc. 46, 1837.

⁷ APM. CCRP. PP 1.33, cx. 223, doc. 52, 1840.

“bravos”, mas em “caráter pacífico”.⁸ A cooptação de índios foi uma ação recorrente. Em 1845, um decreto imperial versava sobre a catequese e civilização dos índios. As províncias passavam a contar com um diretor geral, que faria um levantamento de dados sobre os povos indígenas. Cabia ao diretor desenvolver uma política de estímulo aos aldeamentos, às atividades agrícolas e à cristianização. Nas aldeias, seriam distribuídas ferramentas e tarefas de cultivo, com o entendimento de que nelas os índios “aprenderiam as vantagens da civilização”.⁹ Na presidência da província mineira, já em 1837, a avaliação era a de que a população aumentaria consideravelmente, caso se conseguisse “arrancar das matas e trazer à civilização as hordas selvagens, que por elas anda[va]m errantes”.¹⁰

As relações estabelecidas com os indígenas foram conflitantes, mas houve também relações de acomodação. O nativo, o português (e seu descendente) e, posteriormente, o africano desenvolveram práticas culturais, compartilhando um mesmo espaço. Assim, coexistiam matrizes culturais distintas: algumas eram nativas, outras de origem européia e africana, e outras se constituíram a partir das influências recíprocas. A partir das ações de intervenção desses povos, desencadeou-se um processo de sobreposição, mistura e influência de costumes e de hierarquização de culturas.¹¹

Posteriormente, já não era mais o colonizador que estava lá se relacionando com o nativo, e sim os homens e mulheres descendentes desses três povos. Assim, sob o olhar dos administradores de Rio Pardo, cujas representações compartilhavam, provavelmente, com seus conterrâneos, os indígenas continuaram sendo vistos como bárbaros “mansos” e “bravos”. Com os “mansos”, as relações de acomodação ocorreram com contornos mais nítidos. As visitas à vila e as relações fundamentadas no valor da amizade aproximaram indígenas e os outros habitantes de Rio Pardo. Civilizar os índios que habitavam os arredores da vila era uma meta

⁸ Cf. NEVES, Antonino da Silva. *Chorographia do município do Rio Pardo*, p. 369.

⁹ BRASIL. Decreto n. 426 de 24 de julho de 1845 *apud* DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 76.

¹⁰ RELATÓRIO do Presidente da Província de Minas Gerais, 1837 *apud* DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*, p. 76.

¹¹ Cf. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*, p. 32.

dos administradores. A vila, portanto, constituía-se em parâmetro de civilização para julgar os indígenas bárbaros.

Na relação estabelecida entre as autoridades de Rio Pardo e os povos indígenas locais, pode ser visualizada uma clara incorporação das noções de civilização e de barbárie correntes no Brasil do século XIX. Nesse sentido, são identificados três níveis de relação de dominação, atravessada pelas noções de superioridade e de inferioridade culturais. Em nível mais geral estavam as relações estabelecidas entre os europeus e os brasileiros; em segundo nível, no Brasil, as relações entre os habitantes do litoral e do espaço urbano e entre os habitantes do sertão; e em terceiro nível, as relações entre os habitantes da vila de Rio Pardo e os indígenas de seu entorno, a qual se situava no sertão. Se os habitantes do sertão encontravam-se em um estágio aquém do desejado para o país, já em âmbito local eram os costumes dos indígenas, que destoavam do modelo de civilização vigente na vila. Assim, a relação entre culturas, marcada pelas noções de superioridade e de inferioridade culturais, pode ser visualizada nessa gradação, que reproduzia as relações de dominação entre os povos.¹²

Ocupação

No que se refere à ocupação de Rio Pardo, no contexto colonial, ela data de 1698, quando o bandeirante paulista Antônio Luís dos Passos estabeleceu sua morada às margens do rio Pardo.¹³ Ele percorreu o território em busca de riquezas minerais, que já haviam sido confirmadas por expedições que por lá passaram.¹⁴ A partir de então, pessoas vindas de diferentes partes foram fixando residência na localidade, ocupando-se com as atividades de extração mineral, de criação de animais e de agricultura. O aumento do número de moradores

¹² Sobre esse assunto cf. CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo*.

¹³ Antônio Luís dos Passos, juntamente com um grupo de sertanistas paulistas, obteve da coroa portuguesa a doação de uma sesmaria. Localizada entre os rios Pardo e Doce e de aproximadamente oitenta léguas, a sesmaria foi uma recompensa pelo trabalho do grupo no combate ao quilombo dos Palmares. Cf. ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides riopardenses*, p. 13; VIANNA, Urbino. *Bandeiras e sertanistas bahianos*, p. 1431-44.

¹⁴ Cf. NEVES, Antonino. *Corographia do município do Rio Pardo*, p. 415.

veio com a descoberta dos ribeirões auríferos das Minas Novas, em 1727, e com a abertura da estrada até à Bahia, passando pelo novo arraial.

A descoberta de metais preciosos em Minas Novas foi motivo de conflitos de jurisdição entre autoridades baianas e mineiras. Inicialmente, o território das Minas Novas foi incorporado à capitania da Bahia, ficando subordinado, cível e politicamente, à comarca do Serro Frio. Com a criação da comarca de Jacobina, em 1742, a ela foi anexada a vila de Minas Novas, criada em 1730. A incorporação de Minas Novas à capitania mineira, no entanto, foi solicitação recorrente das autoridades dessa capitania. O principal argumento consistia em evitar a garimpagem clandestina de ouro e a de diamante, cujo descaminho era facilitado pelo precário sistema de vigilância da Bahia. Por fim, Minas Novas foi incorporada à capitania das Minas em 1757, ficando subordinada à Bahia somente no que se referia à administração eclesiástica.

O deslocamento de garimpeiros de áreas diamantinas foi outro fator que contribuiu para o povoamento de Rio Pardo. As perseguições administrativas no Distrito Diamantino movidas contra os garimpeiros forçaram-nos a buscar trabalho em outras regiões.¹⁵ Uns optaram em avançar um pouco ao norte da capitania, na tentativa de descobrir novas minas. As buscas não foram em vão. Data de 1768 a descoberta de riquezas minerais na serra de Santo Antônio de Itacambiraçu, onde foi fundado o arraial da Serra de Grão-Mogol.¹⁶ Nessa mesma época, ouro e diamantes foram achados no rio Peixe Bravo, que se situava próximo das nascentes do rio Pardo, região circunvizinha de Grão-Mogol. O lugar desse novo descoberto ficou denominado Serra Nova. Diante da possibilidade de encontrar essas riquezas, gente vinda da Bahia e do Distrito Diamantino espalhou-se na área. Garimpeiros perseguidos pelo patrulhamento da serra de Grão-Mogol iam também para lá.¹⁷

¹⁵ Sobre a administração do Distrito cf. FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde*; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes*.

¹⁶ Sobre a ocupação desta serra cf. PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*.

¹⁷ Embora não houvesse uma política administrativa com ações bem delineadas para os lugares mais distantes da área, a região norte da Demarcação não estava isenta da atenção das autoridades. Cf. PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens*, p. 58.

Além da atividade de extração mineral, a ocupação e o povoamento de Rio Pardo estiveram ligados a outro processo: o da expansão econômica das áreas ao sul da capitania da Bahia e ao norte da mineira. Essa extensa área estava inserida nas rotas de busca por riquezas minerais e nas de expansão dos currais de gado bovino. As duas frentes de ocupação do norte mineiro, que vieram da Bahia e de São Paulo, deixaram a questão em aberto sobre a precedência de baianos ou de paulistas no seu processo de povoamento. Há uma vertente de análise que aponta para a predominância dos baianos nesse movimento, os quais instalaram fazendas de gado bovino na região desde o século XVII. Nessa interpretação, as bandeiras paulistas não deram continuidade de povoamento, como ocorreu com as correntes vindas da Bahia.¹⁸ Outra tese, de argumentação contrária, afirma que a primeira onda de povoamento da região em questão foi paulista. O que se verifica é que importantes bandeiras paulistas instalaram grandes fazendas de criação no vale do rio São Francisco, contribuindo para o povoamento da região.¹⁹ Esse impasse permite pensar em uma terceira via de interpretação, articulada a partir não da defesa de exclusividade de uma frente ou de outra, e sim da compreensão de que esse processo de povoamento pode ser visto como tendo sido promovido por ambas as frentes. De fato, ocorreu uma simultânea presença de baianos e de paulistas na região, explorando, ocupando e povoando. A permanência deles no território permite inferir que uns e outros participaram efetivamente desse processo.²⁰

As fazendas de gado implantadas na Bahia no governo de Tomé de Souza fomentaram o povoamento da região em tela. O governo já tinha interesse em levar a pecuária para o interior quando, em 1701, proibiu-se a pecuária a menos de dez léguas da costa atlântica, uma vez que o solo massapé do recôncavo estava destinado à produção açucareira.²¹ Assim,

¹⁸ Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 197. Urbino Vianna e Salomão de Vasconcellos têm também argumentação similar à de Caio Prado Júnior. Cf. VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*; VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo*.

¹⁹ Cf. TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*.

²⁰ Sobre a colonização paulista no vale do rio São Francisco Cf. SANTOS, Márcio Roberto. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande*.

²¹ Cf. SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1520-1820)*, p. 150-152.

inúmeras fazendas de criação foram sendo estabelecidas na região e ao longo do rio São Francisco. Às margens desse rio, as grandes sesmarias de Antônio Guedes de Brito e dos Garcia d'Ávila, datadas do século XVII, subsidiaram aquele processo de ocupação e de povoamento.

Antônio de Brito foi proprietário do território que se constituiria no termo de Rio Pardo. Ele possuiu uma enorme faixa de terra à margem direita do rio São Francisco, localizada entre a capitania da Bahia e das Minas. Em seus dilatados domínios, havia fazendas, como também sítios para venda e arrendamento, onde se desenvolveram a pecuária e a agricultura.²² Tanto as atividades econômicas desenvolvidas nos sítios como nas fazendas estiveram inseridas no processo de ocupação e de povoamento do norte mineiro, em geral, onde foi desenvolvida uma economia baseada na agricultura e na criação de bovinos, que atendeu ao abastecimento alimentar e à demanda da atividade artesanal pelo couro. Quanto à força do animal, ela foi utilizada no transporte de cargas e nas atividades manufatureiras.

Em princípios do século XVIII, essa região já se encontrava em condições de suprir o aumento da demanda por alimentos nas áreas de mineração da capitania. As principais rotas de abastecimento das minas e de contrabando do ouro estavam localizadas nela. Um conjunto de fatores possibilitou o estabelecimento de redes de comunicação e de comércio entre o norte mineiro e as capitanias da Bahia, de Pernambuco e de Goiás, em um processo de consolidação do mercado nacional.²³ Em Rio Pardo, as atividades produtivas basilares de criação de animais e de agricultura possibilitaram o movimento de sedentarização de muitas pessoas. Os primeiros que lá chegaram encontraram os povos nativos pelo território. Pretensamente civilizados, os colonizadores objetivaram civilizar e catequizar os indígenas, com a compreensão de que a cultura destes era uma extensão menor da cultura européia. Posteriormente, os africanos e seus descendentes foram levados para lá como escravos. Do contato cultural entre esses povos,

²² Cf. PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*, p. 45; NEVES, Antonino da Silva. *Chorographia do município do Rio Pardo*, p. 363; ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, p. 95.

²³ Cf. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias*, p. 39-40.

marcado por relações de enfrentamento e de acomodação, emergiram práticas que se superpuseram, misturaram-se e influenciaram-se continuamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1962.

ÂNGELIS, Newton de. *Efemérides riopardenses*. Rio Pardo de Minas, 1998, v. 1-4

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e a memória*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2000.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CHAVES, Edneila Rodrigues. *O sertão de Rio Pardo: sociedade, cultura material e justiça nas Minas oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1995.

ELIAS, Nobert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, v. 1.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. *O descaminho de diamantes: relações de poder e sociabilidade na demarcação diamantina – 1740-1771*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento Diamantino de 1771 e a vida no distrito Diamantino no período da real extração*. São Paulo: Annablume, 1996.

IVO, Isnara Pereira. *A tragédia do Tamanduá: um estudo de caso de poder local e de mandonismo no sertão da Bahia (1840-1895)*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

MADER Maria Elisa Noronha de Sá. *O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII*. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

NEVES, Antonino da Silva. Chorographia do município do Rio Pardo. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1908, v. 13

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *História & imagens*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

PARRELA, Ivana. *O teatro das desordens: garimpo, extravio, contrabando e violência na ocupação da serra de Santo Antônio do Itacambiraçu*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

PIRES, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros, 1979.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

OTT, Carlos. *Pré-história da Bahia*. Bahia: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História econômica do Brasil (1520-1820)*. 4ª ed. São Paulo: Nacional, 1962.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. *A conquista do sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia*. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.

TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Bahia*. 17ª ed. São Paulo: Ática, 1981.

VASCONCELLOS, Salomão. *Bandeirismo: estudo das bandeiras paulistas na descoberta de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1944.

VIANNA, Urbino. *Bandeirantes e sertanistas bahianos*. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, 1935.